

A HISTÓRIA DA REVISTA DO SERVIÇO PÚBLICO A PARTIR DA ANÁLISE DOS SEUS EDITORIAIS

Tania Mezzomo Keinert
José Carlos Vaz

Introdução

O objetivo deste artigo é aprofundar o entendimento da trajetória da Revista do Serviço Público, trazendo novos elementos para análise do papel da publicação. Faz parte de projeto de pesquisa mais amplo, voltado à reconstituição do campo conhecimento em administração pública no Brasil. São preocupações da pesquisa a natureza, a disciplinaridade, os paradigmas, a evolução e as tendências da administração pública no Brasil.

A pesquisa adotou como objeto empírico a produção brasileira em administração pública. Inicialmente analisou-se aquela publicada na Revista de Administração Pública (RAP) no período entre 1967 e 1992.¹

Avaliação da trajetória da RSP através da análise de conteúdo de seus editoriais no período 1937-1989. O artigo visa complementar o anterior - uma análise quantitativa - trazendo novos elementos, desta vez qualitativos, para a análise do papel da publicação na evolução do pensamento administrativo brasileiro. Receberam destaque, os temas prioritariamente abordados pelos editoriais da Revista: DASP, Reforma Administrativa, Recursos Humanos e a própria publicação. As conclusões desta etapa da pesquisa acompanham, de maneira geral, aquelas anteriormente apresentadas, refletindo a transformação dos estudos sobre o Estado brasileiro, de uma abordagem técnico-burocrática para uma tentativa de implantação de políticas públicas.

Na fase atual está sendo realizada a análise da Revista do Serviço Público, desde sua fundação, em 1937, até o ano de 1989, quando sua publicação foi interrompida.²

¹ - Ver MEZZOMO KEINERT, T. M. & LAPORTA, C.B. "A RAP e a Evolução do Campo de Administração Pública no Brasil (1967-1992)", Revista de Administração Pública, (28)1:5-17, janeiro-março de 1994, RJ, FGV.

² - A Revista foi lançada em novembro de 1937, como órgão do Conselho Federal do Serviço Público Civil (CFSPC). Em 1938, com a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), em substituição ao CFSPC, passou à condição de órgão oficial do departamento. No período 1981-1989 foi publicada pela FUNCEP - Fundação Centro de Formação do Servidor Público. Na fase atual, iniciada neste ano (1994), sua publicação está sob responsabilidade da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP).

Em artigo anterior, foi apresentada uma reconstituição histórica da trajetória da Revista, com base na produção nela publicada, destacando as características por ela assumidas em cada período, além do papel cumprido na evolução do campo de conhecimento em administração. Esta análise tomou como base a classificação dos artigos publicados em termos de *focus* e *locus* - instrumental teórico utilizado e objeto empírico analisado, respectivamente.³

Este artigo tem caráter complementar ao primeiro. Foi eleita como metodologia para sua elaboração o estudo de uma das principais fontes primárias disponíveis - os editoriais da Revista - onde se apresenta o posicionamento oficial daqueles que dirigem a publicação. Foi realizada, portanto, uma análise de conteúdo, colocando em evidência as falas dos editores.

Face ao papel central desempenhado pela Revista na evolução do campo de conhecimento em Administração Pública no Brasil, o artigo se detém nos principais temas abordados pela Revista, conforme análise expressa no artigo anterior.

A estruturação do artigo tomou como base esses temas na forma das opiniões emitidas pela Revista - através de seus editoriais - sobre si própria, sobre o DASP (Departamento Administrativo do Serviço Público), sobre a Reforma Administrativa e sobre Recursos Humanos. Sua seleção deveu-se à relevância em relação ao objeto da pesquisa e à forte presença nos editoriais (e artigos) da Revista do Serviço Público. Ao longo do período 1937-1989, esses temas são constantemente abordados. O DASP, pelo seu papel na estruturação do Estado brasileiro pós-1930 e por ser o responsável pela publicação na maior parte do tempo, recebe da Revista uma grande atenção. A reforma administrativa (ou os vários processos de reforma administrativa parcialmente realizados) e recursos humanos são dois temas que apresentam uma ligação muito sólida com o DASP, principal instrumento do Estado para promover a reforma administrativa e modernizar a administração de recursos humanos no setor público.

As conclusões desta etapa da pesquisa, aqui apresentadas, contribuem para o seu objetivo geral, fornecendo novos indicativos para o estudo do papel da

³ - MEZZOMO KEINERT, T. M. & VAZ, J. C. "A Revista do Serviço Público no Pensamento Administrativo Brasileiro (1937-1989)", Revista do Serviço Público janeiro-julho de 1994, Brasília, ENAP.

Revista do Serviço Público na evolução do campo de conhecimento em administração pública.

A Revista do Serviço Público fala de si mesma

A Revista do Serviço Público surge comprometida com o objetivo do governo Vargas de implantação de um novo modelo de Estado, com capacidade de cumprir as novas tarefas a ele destinadas no processo de industrialização do país. Esse compromisso será intensamente assinalado pelos editores da Revista, principalmente ao longo dos primeiros períodos de sua existência (1937-1945 e 1946-1964).⁴

Em seu primeiro editorial, em 1937, a Revista assinala “o aparecimento de uma técnica de serviço público” e se apresenta com a missão de contribuir para a formação do funcionalismo público em função do aumento da eficiência do trabalho realizado:

“Pela leitura regular desta Revista, todos os servidores do Estado poderão [...]

desenvolver [...] a mentalidade adequada a habilitá-los não só ao exercício mais eficiente de suas funções, como mesmo a *sugerir inovações úteis* ao aperfeiçoamento do serviço público” (RSP, ano I, vol. I, nº1, novembro de 1937, o grifo não consta do original).

Os primeiros editoriais baseiam-se, com frequência, nos princípios da administração científica, referindo-se a autores clássicos como Willoughby, White e Pfiffner.⁵

Assim, afirmam que a administração pública deve ser exercida como técnica científica, proclamando sua neutralidade.

Em abril de 1946, no entanto, o editorial comunica uma mudança de orientação da Revista. Ocorre uma tentativa - tímida - de incorporar a discussão política na Revista. O antigo e “admirável clima neutral” vem a ser substituído pela pretensão em ser

“um espelho vivo do nosso Executivo, refletindo diretrizes, técnicas e aspirações, oferecendo-se lisamente ao impacto

⁴ - Foi adotada aqui a mesma periodização utilizada para a análise dos dados obtidos na primeira fase da pesquisa: 1937-1945, 1946-1964, 1965-1979 e 1980-1989. Para uma justificativa desta periodização, ver MEZZOMO KEINERT & VAZ, op. cit.

⁵ - Ver, por exemplo, RSP, ano VI, vol. II, nº 3, junho de 1943.

parlamentar, facilitando assim o ansiado controle bicameral, que poderá cercar-lhe arroubos, mas lhe dividirá as responsabilidades. [...] Antes éramos o órgão do funcionalismo público, vivendo exclusivamente dele e para ele. Daqui além, graças à recomposição de nossos quadros governamentais, procuraremos alargar o antigo âmbito da Revista do Serviço Público, dirigindo-nos conscientemente para três grupos distintos: uma clientela geral, o público; uma clientela específica, o funcionalismo; e uma clientela especial, o Parlamento." (RSP, ano IX, vol.II, nº 1, abril de 1946).

Já há um grupo razoavelmente extenso a quem interessa a reflexão sobre temas da administração pública. A Revista procura dirigir-se também a esse grupo, sem abandonar sua tarefa de formação dos servidores públicos. Adaptando-se à redemocratização após o Estado Novo, estabelece um discurso baseado em idéias democráticas. Com isso,

abre espaço para divergências em substituição à unanimidade anteriormente preponderante.

Paralelamente, verifica-se um processo de sofisticação de seus temas: vai se reduzindo a preocupação com atividades de organização administrativa básica (padronização de materiais, recursos humanos, datilografia) e ganham espaço artigos mais aprofundados, já se iniciando uma produção teórica nacional em administração pública.⁶

Nesse mesmo momento ocorre uma mudança da estrutura da Revista, com o acréscimo de seções destinadas a textos de autores estrangeiros, Administração Local; História Administrativa do Brasil; Orçamento; Organização (na verdade, Organização & Métodos); Administração de Pessoal; Seleção e Aperfeiçoamento de Pessoal; Direito e Jurisprudência. A Revista acolhe, então, uma produção nacional emergente em administração pública, em grande parte representada por jovens autores ligados ao serviço público, alguns dos quais recebendo formação nos Estados Unidos.⁷

⁶ - A título de exemplo para essa comparação, ver BERLINK, E. L. "A Padronização dos Papéis de Expediente", (RSP, ano I, vol. I, nº 1, novembro de 1937) e FURTADO, Celso M., "Teoria do Departamento de Administração Geral" (RSP, ano IX, vol. II, nº 2, maio de 1946).

⁷ - Por exemplo, Celso Furtado, Benedicto Silva, Beatriz Warlich, Guerreiro Ramos, entre outros.

Essa crescente sofisticação da produção vai levar a Revista, em 1963, a realizar uma transformação na sua linha editorial. Se antes as páginas da Revista estavam

“abertas a todos os funcionários públicos e a todos os estudiosos, sem exigência outra que não a da *serenidade* dos trabalhos destinados à impressão” (RSP, ano XXI, vol.79, nº 1, abril de 1958. O grifo não consta do original)

e a Revista tinha circulação mensal, ela passa a ter circulação trimestral e amplia o nível de exigência dos artigos publicados. A Revista comunica a mudança através de um editorial sugestivamente intitulado “Menos Volume, Mais Qualidade”:

“Nosso objetivo é fazer da RSP um órgão [...] reconhecido e acatado como tal por diretores, assessores, técnicos de administração, enfim, por toda a classe dos que participam no complexo processo de formular políticas, selecionar objetivos e dirigir a administração dos negócios públicos” (RSP, ano XXIV, vol. 91, nº 1,2,3, abril a junho de 1963).

As alterações na estrutura ou na apresentação da Revista são sempre exibidas pelos seus editores, nos dois primeiros períodos, como resultado de uma constante busca de uma modernidade cujo parâmetro é a experiência e a produção científica estrangeira, notadamente dos Estados Unidos. Uma mudança de formato é, portanto

“uma adequação às exigências da vida moderna” (RSP, ano XVII, vol. 66, nº 1, janeiro de 1955).

Novas formas de classificação, apresentação ou de numeração são mostradas como

“o mais moderno método” (idem).

ou como acompanhando

“a evolução dos recursos técnicos de que se têm servido as melhores publicações estrangeiras” (RSP, ano XXI, vol.79, nº 1, abril de 1958).

A idéia de se constituir num instrumento de ligação com o moderno continua presente nos editoriais do terceiro período de vida da Revista do Serviço Público, que se apresenta:

“reafirmando suas virtualidades como fator de modernização institucional e aprimoramento dos recursos humanos engajados na epopéia quotidiana do desenvolvimento nacional.” (RSP, vol. 108, n° 3, setembro a dezembro de 1973).

Entretanto, a Revista já não dispõe do mesmo prestígio de vinte ou trinta anos atrás. Em 1974 sua publicação é interrompida. O editorial do último número desse período, paradoxalmente intitulado “Novas Dimensões e Perspectivas para a Revista do Serviço Público”, apesar de mencionado no índice, não está presente na Revista. Em seu lugar, foi colocada a seguinte nota, sem nenhum outro comentário:

“O editorial foi retirado por não refletir a orientação da direção geral do DASP.” (RSP, vol. 109, n° 2, abril a junho de 1974).

Quando a Revista foi relançada, em 1981, passou a ser publicada pela FUNCEP, órgão para o qual grande

parte das funções remanescentes do DASP foram transferidas, especialmente formação de servidores.⁸

A Revista, em seu quarto período (1981-1989), volta-se novamente para o público interno - o funcionalismo. Entretanto, cabe ressaltar que o funcionalismo público nos anos 80 é bastante diferente daquele dos anos 30, para quem a Revista inicialmente se dirigiu. Já existe a figura do “executivo de Estado” - o administrador público profissional - e um numeroso corpo de técnicos atua nas administrações direta e indireta. Como a fase de estruturação administrativa do Estado em seus aspectos básicos já estava concluída há muito tempo⁹, as necessidades de informação e formação do funcionalismo assumem um novo caráter. A Revista percebe e reflete essa diferença:

“A exigência *meritocrática* reclama, na atualidade, que o servidor público descortine horizontes científicos e humanísticos cada vez mais complexos e inter-relacionados, a fim de

⁸ - Para uma análise mais aprofundada da trajetória do DASP, ver MARCELINO, G. F. *Evolução do Estado e reforma administrativa*, Brasília, ALAP/SEDAP, 1987; ANDRADE, A. *Contribuição à história administrativa do Brasil*, Rio de Janeiro, José Olímpio Ed., 1950; BITTENCOURT, C. *DASP: como um imperativo democrático e técnico*, Brasília, Serv. de Documentação do DASP, 1966; SIEGEL, G. B. *The vicissitudes of government and reform in Brazil: a study of the DASP*, Ann Arbor, Xerox Univ. Microfilms, 1975 (tese - Univ. Pittsburgh, 1964); Brasil. Departamento Administrativo do Serviço Público, Rio de Janeiro, 1930, 1944.

⁹ - Ver MEZZOMO KEINERT & VAZ, 1994, op. cit.

permanecer familiarizado com as principais inovações de nosso tempo.” (RSP, ano 38, vol. 109, nº 4, outubro a dezembro de 1981, o grifo não consta do original).

Ao contrário dos períodos anteriores, a formação de servidores é vista de forma mais ampla, e não somente limitada aos aspectos técnicos em estrito senso. Entretanto, não deixa de lado, nessa nova fase, o servidor que não faz parte da elite intelectual, pois:

“A Revista do Serviço Público ressurgiu inspirada pela consciência da crescente necessidade de manter a função pública em contato regular com análises objetivas, *em linguagem acessível*, dos grandes temas político-administrativos de nossa época.” (idem, o grifo não consta do original).

Ao longo deste quarto período, a Revista continua sempre voltada ao funcionalismo. Ao mesmo tempo que procura apresentar contribuições de autores de qualificação intelectual reconhecida, preocupa-se em ser

“rica em ilustrações e didática no conteúdo” (RSP,

novembro e dezembro de 1985).

A Revista do Serviço Público, ao falar de si própria, procura transmitir, sempre, a idéia de uma publicação voltada à divulgação de produção de ponta em administração pública. À medida que ocorre um desenvolvimento do campo de conhecimento, a Revista procura acompanhá-lo, sempre se considerando parte importante dessa trajetória. Procura fazê-lo mantendo-se voltada à missão de formação do funcionalismo público, característica constante dos órgãos aos quais esteve ligada.

O DASP na Revista do Serviço Público

A Revista do Serviço Público procura sempre destacar o DASP como modernizador da administração pública em todos os aspectos, legitimando sua existência e suas atribuições junto ao público leitor. Como publicação oficial do órgão (até passar a ser editada pela FUNCEP, em 1981), principalmente no período 1937-1945 e no período 1946-1964 ela se empenha em divulgar suas atividades e opiniões. Serve, também, de instrumento nos embates políticos por ele travados com segmentos da sociedade e do governo.

Defendendo a criação do DASP, em 1938, a Revista - que o precedeu em um ano - o apresenta como peça fundamental para a construção do “arcabouço político duradouro” para o país proposto pelo Estado Novo. Afirmando que “governar é administrar”, defende que

“o sucesso de qualquer programa governamental se acha largamente condicionado à eficácia da ação administrativa”. (RSP, ano I, vol. III, nº 2, agosto de 1938).

A mudança de mentalidades

Além das atividades voltadas diretamente à reorganização e modernização administrativa do Estado, a Revista aponta uma outra missão do órgão, voltada à promoção de mudanças de caráter cultural. Assim, podemos dizer que o Estado Novo utiliza-se da Revista e do DASP para operar uma mudança não só de técnicas e da organização do Estado, mas também de mentalidade, ao ressaltar

“a poderosa influência psicológica exercida pela obra do DASP, tanto entre os servidores do Estado [...]

como entre o público em geral [...]. Aí está, também, a influência exercida pelo DASP nas administrações regionais, muitas delas já se pautando pelas normas de administração geral adotadas no serviço federal, por serem, de fato, as recomendadas pela doutrina e pela prática.” (RSP, ano V, vol. IV, nº 3, dezembro de 1942).

A Revista do Serviço Público, dessa forma, contribui para as atividades de propaganda do governo ditatorial de Getúlio Vargas. É importante, inclusive, observar a constante referência às figuras dos presidentes da república e do DASP. Entretanto, mesmo depois do final do Estado Novo essa tendência prossegue, principalmente no segundo período (1946-1964).¹⁰

O DASP como centro de Poder

Com o crescimento dos poderes do DASP, a Revista afirma, referindo-se a ele, que seu

“crescimento não se processou pela absorção de novos encargos mas por uma extensa penetração de

¹⁰ - Nota: a título de exemplo vide RSP, ano VI, vol. II, nº 2, maio de 1943, para o primeiro período, e RSP, ano XXII, vol. 84, nº 3, setembro de 1959, para o período seguinte.

suas atividades no campo da política a que se propôs dar conteúdo real.” (RSP, ano VI, vol. I, nº 1, de 1943).

Em janeiro de 1946, com a retirada das funções executivas do DASP, transformando-o em um “órgão de estudo e orientação da administração do serviço civil”, o editorial se posiciona de forma cautelosa, dizendo, inclusive, que a Revista não tem como atribuição estabelecer julgamentos ou comparações entre a fase do Estado Novo e a fase de redemocratização posterior a 1945. O texto afirma que à Revista do Serviço Público

“não cabe o exame dos princípios implicados e dos fatos ocorridos nas duas fases da vida nacional” (RSP, ano IX, vol. I, nº 1, janeiro de 1946).

Essa mudança de atribuições e de estrutura do DASP respondeu afirmativamente a críticas anteriores da imprensa e do público. Tais críticas atingiam

“atos e modos de ação do DASP” (idem).

A Revista também não analisa essas críticas. Diz, referindo-se ao órgão, que

“agora como antes, se lhe

reconhecemos virtudes, também sabemos ver os seus erros e defeitos” (ibidem).

O editorial apresenta como argumento justificativo para a reestruturação, a opinião de que, antes da queda de Getúlio Vargas,

“a tendência do DASP era crescer, absorvendo funções, menos por culpa sua que em razão do estado de coisas no país” (ibidem).

O editorial procura associar o crescimento do poder do DASP não a disputas políticas internas ao Estado, da qual o órgão houvesse tomado parte, mas à dinâmica natural do governo do Estado Novo, diferente do novo regime, instaurado com a queda de Getúlio Vargas.

Ao longo do texto, a linguagem impessoal vai sendo substituída por uma identificação entre Revista e DASP. O editorial assume a primeira pessoa do plural para contrapor-se especialmente a uma acusação: a de ser o DASP um órgão anti-democrático:

“Se é verdade que tínhamos mais atribuições que as de um órgão da natureza do nosso em um regime essencialmente democrático, não nos cabe,

todavia, a pecha de anti-democráticos, primeiro porque em países universalmente reconhecidos como liberais, há organismos administrativos com princípios e estrutura parecidos com os nossos; segundo, porque o contacto com os servidores do DASP fará com que qualquer pessoa verifique, entre nós, a existência de partidários de todas as idéias, o que, evidentemente, contradiz os princípios postos em ação nos países totalitaristas" (ibidem).

A Revista admite que a retirada de atribuições do DASP provocou celeuma. O DASP, além das funções de pessoal, ficou como órgão consultivo para os sistemas de orçamento, organização e construção de edifícios públicos.

Havia, entretanto, interessados no desaparecimento do órgão. A Revista procura justificar a mudança sem, desta vez, recorrer a argumentos teóricos. Apresenta apenas o exemplo da Civil Service Commission dos EUA, que considera com um escopo de atuação similar ao do DASP.

Apesar da mudança de governo, a Revista não assume uma crítica ostensiva ao regime ou à gestão do DASP anteriores. O corpo de

técnicos do DASP se mantinha estável e exibia uma relativa autonomia. As críticas assumem uma forma discreta, sempre reconhecendo valores e procurando transmitir as responsabilidades do DASP para o governo e a situação política. Isto pode ser visto, por exemplo, no editorial de fevereiro de 1946 intitulado "O DASP na Democracia":

"A complexidade e a variedade das atribuições do DASP, bem como a circunstância de ter sido criado e de ter adquirido pleno desenvolvimento num regime político de supercentralização administrativa, determinaram, insensivelmente, a progressiva ampliação de sua esfera de ação. Ele chegou, por isso, a ultrapassar sua discreta condição de órgão de consulta do Presidente, ao ponto de constituir o paradoxo de uma *auto-limitação da ditadura*. Jamais um órgão do governo exerceu crítica tão severa, franca e ostensiva em torno dos problemas e projetos governamentais. Fatalmente, essa conduta, que denunciava e prevenia erros e excessos do poder, teria de atrair simpatias e descontentamentos que,

invariavelmente, surgem quando interesses personalistas são fiscalizados ou contrariados” (RSP, ano IX, vol. I, nº 2, de 1946, o grifo não consta do original).

A Revista afirma, portanto, que a atuação do DASP, no Estado Novo, criava conflitos porque materializava o confronto entre o poder do conhecimento e da técnica e o poder político. O DASP, segundo a Revista, utilizava o poder da técnica de que dispunha para realizar a “autolimitação” do primeiro governo de Getúlio Vargas. O DASP é apresentado como um órgão que defende a supremacia e neutralidade da técnica e que, por esse caráter, pode guiar-se unicamente pelos interesses da nação.

Esse mesmo editorial volta a defender mudanças no DASP, face às modificações na conjuntura político-institucional do país. A Revista posiciona-se a favor de que o órgão tenha suas funções de intervenção reduzidas e que, como resultado, passe a trabalhar mais como “um laboratório silencioso”:

“Mesmo assim, talvez não esteja isento de instituir-se em novo paradoxo, tão honroso quanto o anterior, de pretender, em pleno

regime de livre opinião, *opor a supremacia técnica ao aventurismo improvisador e anárquico.* (...) os serviços administrativos (...) precisam acobertar-se de todas as inferências estranhas às normas da técnica moderna e da ciência da administração.” (idem, o grifo não consta do original.)

Algum tempo mais tarde, em janeiro de 1947, a Revista reivindica o retorno ao DASP das suas antigas funções de controle sobre o sistema de material da União, alegando que, com a retirada dessa atribuição e sua passagem para o Departamento Federal de Materiais, o órgão antes controlado passou a ser também o controlador do sistema. O DASP quer voltar a ser responsável por “amparar os órgãos de material, proporcionando-lhes uma legislação especial, cuja finalidade precípua será manter os controles diretos e indiretos especiais, que visem desembaraçar o sistema da legislação ordinária, sempre tardia para todos os novos problemas que o cotidiano da administração suscita”.

Para justificar sua reivindicação, a Revista se baseia nas teorias sobre controle, já vendo a administração como um sistema composto de subsistemas. É interessante

observar que a Revista, desta vez, deixa de ser cuidadosa como de hábito e critica a situação instituída (pelo Governo Judiciário que antecedeu o governo Dutra).

A defesa do DASP na Revista toma sempre ares de defesa do modelo de Estado promotor do desenvolvimento através da intervenção direta na economia, em contraposição às posições liberais:

“Efetivamente, as críticas (...) se explicam, em sua quase totalidade, como a reação inevitável dos últimos abencerragens dos velhos conceitos e tipos de Estado adstritos à não-intervenção na esfera econômica e à simples manutenção da ordem pública. São os retardatários que ainda não compreenderam as exigências da organização técnica do Estado Moderno em um mundo cada vez mais dominado pelo determinismo da divisão do trabalho, [...] e da inevitável profissionalização do serviço público. [...] Todavia, as críticas formuladas com mais insistência, contra essa entidade visceralmente democrática e de caráter essencialmente

técnico (...) o que se pretende, de plano, sob os mais variados pretextos, é mutilar, ou, quiçá, suprimir a instituição para o assalto aos cargos públicos, o reestabelecimento do ‘pistolão’ e das percentagens por compras, a eliminação dos concursos, provas honestas ou quaisquer barreiras que porventura se levantem em defesa dos legítimos interesses da Nação” (RSP, julho de 1948).

Efetivamente, no campo da moralização do acesso à carreira pública e à profissionalização do funcionalismo, a contribuição do DASP não pode ser minimizada. O sucesso de suas incursões nesse campo serviu como elemento justificador do poder que assumiu, especialmente no Estado Novo e nos primeiros anos subsequentes.

O DASP como órgão de excelência técnica

O DASP é sempre apresentado como órgão de excelência, que, de certa forma, antecipa a obra a que se propõe pelos seus próprios métodos de trabalho. Como exemplo, pode-se citar o seu relatório anual de 1939, publicado pela Revista na edição de maio de 1940. Referindo-se à estrutura do

relatório, o editorial o apresenta como:

“documento informativo da situação administrativa do país. [...] *não se limita a focalizar as atividades exercidas pelo Departamento (...) Elaborado de um ponto de vista inteiramente diferente, encerra uma utilíssima análise da administração*” (RSP, ano III, vol. II, no. 2, maio/1940, p. 3, o grifo não consta do original).

É possível identificar, nos editoriais, a prática de defender pontos de vista valendo-se de argumentos fundamentados em teorizações, utilizando-se como fundo as idéias que circulavam na produção científica em administração pública no exterior. Assim, para defender a instituição dos relatórios anuais para todos os órgãos da administração pública, no editorial da edição de setembro do ano seguinte, novamente a Revista comenta um relatório anual do DASP, considerando-o modelo. Primeiramente classifica o serviço público, incluindo-o no rol das grandes organizações, para depois teorizar a respeito:

“Nas grandes organizações, de que o Serviço Público é

um dos exemplos mais frisantes, torna-se impraticável a verificação direta dos resultados do trabalho. Quanto maior a rede de serviços, mais importante o papel que o relatório desempenha, porque é através dele que se toma contato com as diferentes unidades.” (RSP, ano IV, vol III, no. 3, setembro de 1941).

A importância do DASP

O DASP é visto como elemento fundamental na transformação do Estado brasileiro em todos os períodos de sua existência. Seu trabalho é considerado pilar do campo de conhecimento em administração pública no Brasil.

Nos seus momentos iniciais, a Revista preocupa-se em diferenciar a Administração Pública da Ciência Jurídica, procurando mostrar que se trata da criação de um novo campo, vinculado à Ciência Administrativa.¹¹

A Revista fala da importância do DASP salientando, ainda, a abrangência de sua obra através de diferentes aspectos. Assim, sua visão da obra do DASP lembra, ao longo dos anos que ele criou no serviço público civil

¹¹ - Ver RSP, ano VI, vol. III, nº 2, agosto de 1943.

“uma nova mentalidade, no sentido de se organizarem as repartições sobre bases racionais, de acordo com princípios já experimentados em outros países, com sucesso, e ajustados às peculiaridades da nossa administração.” (RSP, ano VII, vol. III, nº 2, agosto de 1944).

Em vários anos, a importância do DASP é destacada em editoriais comemorativos do aniversário de criação do órgão:

“Com a criação, em 30 de julho de 1938, do Departamento Administrativo do Serviço Público, a Administração Federal superou uma e iniciou outra etapa de sua evolução, deixando para trás, resolutamente, a fase do empirismo absoluto e abrindo sua estrutura e seu funcionamento aos princípios da organização científica.” (RSP, ano VIII, vol. III, nº 2, agosto de 1945).

Há outras manifestações da importância do DASP:

“(…) milhares de publicações avulsas e a edição desta Revista constituem

acervo e veículo de doutrinas e práticas que impressionam positivamente qualquer observador honesto no seu exame.” (RSP, ano XVII, vol. III, nº 3, setembro de 1945).

Em julho de 1960, um editorial da Revista do Serviço Público coloca a importância do DASP para a administração, federal, estadual e municipal e mesmo privada:

“Na luta da racionalização administrativa no Brasil, tem sido este Departamento o pequeno David, lutando contra o Golias da corrupção e do nepotismo”. [...] “Hoje é o DASP, sem nenhuma dúvida, o mais completo órgão de administração geral existente no mundo, tendo realizado com êxito a mais vasta revolução racionalizadora”. (RSP, ano XXIII, vol. 88, nº 1, julho de 1960)¹².

A importância dada ao DASP também se liga à valorização da experiência estrangeira: assim como os editoriais da Revista constantemente citam autores dos EUA e vários artigos traduzidos são publicados, também destina elogios à política de enviar

¹² - Para outros exemplos, ver também RSP, ano XXII, vol. 84, nº 2, agosto de 1959; RSP, ano XXX, vol. 99, nº 3 e 4, julho a dezembro de 1967; RSP, vol. 105, nº 2, maio a agosto de 1970; RSP, vol. 108, nº 1, janeiro a abril de 1973.

anualmente turmas de funcionários ao estrangeiro, para fins de “aperfeiçoamento” dando “muito sensatamente”

“preferência decidida, se não exclusiva, aos Estados Unidos da América” (RSP, ano VIII, vol. I, nº 1, janeiro de 1945).

A Revista defende o papel de constituição de uma elite de técnicos de administração através desse instrumento:

“o comércio leal de idéias entre as elites concorre mais para o entendimento harmonioso dos povos do que a simples manutenção de relações diplomáticas e comerciais” (idem, o grifo não consta do original).

A Revista entende que o DASP de fato teve papel fundamental na formação da elite intelectual pretendida:

“As boas sementes plantadas pelo DASP não serão desperdiçadas: elevar a administração pública à categoria de uma ciência; generalizar as técnicas de investigação científica; [...] [o DASP é] um dos raros núcleos de estudos administrativos existentes no país, onde se forma uma

plêiade de técnicos e profissionais necessários ao Estado.” (RSP, ano XI, vol. II, nº 3 e 4, julho e agosto de 1948).

Por ocasião do 21º aniversário do DASP, no editorial referente a setembro de 1959, a Revista do Serviço Público noticia o discurso do presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, onde este elogia as atividades do DASP. O editorial é construído de forma a enfatizar a importância do órgão. Percebe-se o intuito de defendê-lo dos ataques costumeiros:

“Não será extinguindo-o, ou mutilando suas atribuições básicas e multiformes, que se atenderá aos reclamos de ordem e eficiência no serviço público.” O DASP é apresentado como “patrimônio do país e do povo”. Tem uma “missão reformadora” frente ao Estado brasileiro (RSP, ano XXII, vol. 84, nº 3, setembro de 1959).

DASP e RSP: um parentesco muito próximo

Com breves momentos de relativa autonomia, a Revista se comporta como órgão do DASP. No primeiro período defende as idéias do departamento; no segundo e terceiro, precisa defendê-lo em sua luta pela sobrevivência e pela

manutenção de sua importância dentro do Estado.

A Revista apresenta o DASP como grande demiurgo de um novo Estado e da administração pública no Brasil. Na veiculação dessas posições, em alguns momentos, DASP e Revista do Serviço Público se confundem e são apresentados como um todo homogêneo. Mesmo quando o DASP já está enfraquecido, esta inter-relação permanece. Para aprofundá-la, o que não se encontra no escopo deste artigo, a alternativa metodológica mais recomendável é pesquisar a composição dos grupos que, ao longo da vida da publicação, tiveram papel decisório sobre seu conteúdo. Mais precisamente, os diretores da publicação e do DASP e aqueles que desempenharam papéis de orientação e aconselhamento - formal ou não - quanto a sua linha editorial.

Reforma administrativa

Há uma forte correlação entre a importância e atenção destinada pela Revista às realizações do DASP e o destaque que oferece à temática da reforma administrativa.

No primeiro período da vida da Revista, vários editoriais e artigos abordam o tema. Trata-se da

grande preocupação do governo do Estado Novo, da missão do DASP e também da publicação. Falando da “reforma administrativa brasileira”, a Revista a apresenta como um

“movimento irreprimível [...] no sentido de reconstruir a aparelhagem do serviço público” (RSP, ano IV, vol. IV, n° 2, novembro de 1941).

A Revista ocupa-se, ainda, da defesa e divulgação das medidas tomadas pelo governo federal, especialmente no campo do funcionalismo público. É o caso da lei n° 284, de 1936, conhecida como Lei de Reajustamento de Quadros, que alterou a classificação e vencimentos do funcionalismo da União. A Revista refere-se a ela como

“símbolo da reforma administrativa brasileira” (idem).

Mesmo após o fim do Estado Novo, a Revista busca obter legitimidade para a reforma administrativa realizada sob a orientação do CFSPC e do DASP. Traz o exemplo da experiência francesa, onde encontra problemas e soluções semelhantes ao caso brasileiro em um

“paralelismo impressionante [...] entre as providências tomadas, em

1945, pelo governo francês, para assegurar a eficiência de sua máquina administrativa, e a reforma do Serviço Civil brasileiro.” (RSP, ano VIII, vol. IV, nº 3, dezembro de 1945).¹³

As posições assumidas pela Revista quanto à reforma administrativa estão correlacionadas com as opiniões emitidas a respeito do DASP. Na verdade, no período 1937-1945 a reforma administrativa é indissociada do órgão.

A partir do segundo período (1946-1964), a Revista fala em reforma administrativa quase sem se referir ao DASP, exceto com relação ao passado. No entanto, a Revista vê a reforma administrativa como um movimento inevitável, como ilustra o episódio da Campanha de Simplificação Burocrática, de 1956, promovida pelo governo federal, que criou uma comissão que se propunha desburocratizar o “organismo” estatal, e da qual o DASP participava na Secretaria Executiva. Apresentando a

campanha, a Revista afirma:

“Do ponto de vista fenomenológico, a Campanha surge aos olhos dos estudiosos como um evento inevitável e previsível. É a marcha natural de um organismo [o Estado] que se viu forçado a crescer, [...] e que [...] multiplicou os quadros de seus servidores e ampliou a área de sua influência direta” (RSP, ano XIX, vol. 72, nº 1, julho de 1956).¹⁴

Mas o movimento vigoroso dos anos 30 perdeu sua força e logo a Revista admitiria que não havia mais uma reforma administrativa em curso. No início da década de 60, a Revista faz uma crítica contundente à situação do arcabouço administrativo:

“Todas as modificações significativas introduzidas na máquina administrativa [...] ocorreram de 1931 a 1939. [...] O sistema administrativo do Governo

¹³ - A Revista toma como principal referência internacional a administração pública dos EUA e, em menor grau de importância, da Inglaterra e da França.

¹⁴ - Nos três primeiros períodos de sua existência, a Revista toma como referência fundamental a Escola Clássica e a de Administração Científica. Entretanto, seus editoriais em nenhum momento trazem a preocupação de manifestar um posicionamento claro quanto a filiação a escolas do pensamento administrativo. Preocupações e termos das escolas comportamentalistas surgem em diversos editoriais. Neste editorial, por exemplo, a Revista utiliza a linguagem das escolas comportamentalistas de Administração (Relações Humanas e Behaviorista). O aprofundamento dessa questão dependeria de uma classificação individualizada dos editoriais em função do *focus* adotado, preocupação excluída do escopo deste artigo, que parte de uma preocupação de análise temática.

da União é obsoleto historicamente, inadequado e canhestro qualitativamente." (RSP, ano XXV, vol. 95, nº 2, de 1962).

Mais adiante, a Revista proclama a necessidade da reforma administrativa, apesar de compreender que o tema já perdeu força na agenda de políticas públicas para outras "reformas". Não obstante, luta para mantê-lo em evidência, ainda que sabendo do pouco interesse que despertava. Em um editorial de 1962, a Revista pede, em um tom de certa forma ressentido, a inclusão da reforma administrativa entre as "demais reformas":

"Que venha a reforma administrativa, juntamente com as demais reformas que parecem contar com patronos mais prestigiosos e mais dinâmicos que os daquela. [...] Que seja adequada em envergadura à nossa extensão continental; realista em instrumentos, objetivos, [...] estribada no acervo moderno de conhecimentos e experiências da administração científica" (RSP, ano XXV, vol. 95, nº 2, abril a junho de 1962).

Ou, no mesmo ano, falando sobre os "problemas prementes com que o Brasil se vê a braços no

momento", destaca que

"[...] falta, porém, acrescentar um: a reforma administrativa. É preciso fazê-la com urgência" (RSP, ano XXV, vol. 94, nº 4, outubro a dezembro de 1962).

Ao final do segundo período, em 1963, o anteprojeto da Lei Orgânica do Sistema Administrativo Federal conferia ao DASP a atribuição de conduzir a reforma administrativa. A Revista opina favoravelmente, mas admite que há resistências, contra as quais procura interceder:

"O que parece não ser de consensus omnium é a entrega, ao DASP, da atribuição de dinamizar a Reforma. [...] O que resta, portanto, é esperar que [...] seja garantido ao DASP o estímulo e apoio de todos para que a reforma administrativa seja mantida no caminho do sucesso" (RSP, ano XXVI, vol. 95, nº 4, outubro a dezembro de 1963).

Com o golpe militar de 1964, o tema da reforma administrativa assume nova importância, embora o mesmo não ocorra com o DASP:

"O Governo advindo com a Revolução de 31 de março

de 1964 compreendeu, aliás, o grau de urgência que a reforma administrativa requer, ao organizar uma comissão de alto nível” (RSP, ano XXVIII, vol. 97, nº 4, de 1965).

O DASP, que já perdia sua importância no governo, se vê ameaçado de extinção:

“Um dos traços característicos da reforma programada, talvez o mais expressivo, é o da extinção de um órgão central de administração geral”. (idem)

A Revista apresenta a mudança sem questioná-la, admitindo-a plenamente. A antiga defesa do DASP parece esgotada. A mudança empreendida pelo golpe de 1964 é mais radical que a ocorrida em outros momentos de troca de governo até então: a Revista alinha-se às posições do governo sem timidez e sem mencionar qualquer forma de oposição externa.

Entretanto, o DASP não é extinto nessa ocasião. Em 1966, novamente a Revista empreende uma defesa da reforma administrativa sob o controle do DASP:

“Por isso, não parece inteligível a notícia de que

a atividade de Organização, e sua superintendência na aplicação do plano, seria retirada do DASP. No Brasil, no momento, só há uma instituição capaz, adequada e com a indispensável experiência para o exercício das atividades de [...] reforma da administração pública: o DASP” (RSP, ano XXIX, vol. 98, nº 3, julho a setembro de 1966).

A reforma administrativa, entretanto, não fica sob o controle do DASP, e sim é assumida pela Secretaria de Planejamento da Presidência. A Revista critica de forma velada o encaminhamento:

“Sendo o DASP o mais expressivo e antigo repositório de competência técnica em matéria de administração pública no Brasil, parece não lhe faltar autoridade para oferecer um *conselho construtivo e ponderado* sobre tão importante problema” (RSP, ano XXIX, vol. 98, nº 4, outubro a dezembro de 1966, o grifo não consta do original).

A autoridade para este “conselho construtivo e ponderado” baseia-se na competência técnica atribuída ao DASP. No entender da Revista há necessidade de um

“amplo debate do projeto de reforma por parte da *opinião técnica* do país, e preparação psicológica, para obter aceitação, motivação e cooperação,” porque “não se concebe que pessoa ou grupo isolado elabore um plano de reorganização [...] sem uma ampla e extensa consulta à opinião técnico-especializada do país” (idem, o grifo não consta do original).

Com a designação do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral para a condução da reforma administrativa, a Revista e o DASP se subordinam a um papel de colaboração com o novo órgão:

“deverá a Revista do Serviço Público fazer convergir para aquela colaboração com o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral seu interesse preponderante. [...] A reforma administrativa, juntamente com as experiências semelhantes em andamento nos países mais desenvolvidos, constituirão os grandes temas prioritários da Revista do Serviço Público” (RSP, ano XXXI, vol. 100, n° 1 e 2, janeiro a junho de 1968).

Apesar dessa afirmação, o tema deixa de ser destaque nos

editoriais da Revista no restante do terceiro período (1965-1979).

Com o fim do governo militar, a temática da reforma administrativa volta à tona, como uma das ações necessárias à redemocratização. A Revista é editada pela FUNCEP - que assumira sua publicação em 1981 - subordinada ao Ministério da Administração, responsável pela reforma administrativa. Transcreve palavras do ministro da Administração, Aluizio Alves, afirmando que a Revista do Serviço Público

“espelhará, em última análise, o corpo vivo da reforma. [...] a Revista será o órgão de divulgação mais nobre da reforma administrativa do Governo Federal.” (RSP, novembro e dezembro de 1985, p.5).

De fato, vários artigos são publicados sobre o tema, mas a Revista sofre muitas interrupções e mudanças no período, que impedem que desempenhe adequadamente este papel.

Uma preocupação constante

A reforma administrativa mantém-se, ao longo dos quatro períodos estudados, como uma preocupação constante da Revista do Serviço Público. A publicação ocupa-se da defesa de sua

oportunidade e viabilidade, tanto nos momentos em que as iniciativas oficiais encontram resistência, quanto nas situações em que o governo não manifesta maior interesse pelo tema. Este fato é explicado pela própria gênese da Revista, em meio a um profundo movimento de Reforma Administrativa. O fato de ser editada pelo DASP garantiu, nos primeiros três períodos estudados (1937-1945, 1946-1964, 1965-1980), a presença, na Revista, de um corpo de profissionais formados a partir desse movimento e de suas idéias. No quarto período (1981-1989), a Revista está ligada ao órgão responsável pela reforma administrativa (neste caso, o Ministério da Administração), o que garante que o tema continue sendo de central importância para a publicação.

Os recursos humanos na Revista do Serviço Público

Devido à sua penetração junto ao funcionalismo público federal, os editoriais da Revista cumpriram, muitas vezes, tarefas de divulgação e defesa de decisões governamentais na área de administração de pessoal.

Nos quatro períodos estudados, as questões referentes a recursos humanos são constantemente

abordadas. Há um número expressivo de editoriais sobre o tema. Ao longo do tempo, podemos perceber, porém, uma mudança do foco central de interesse dentro da temática, passando das questões referentes à administração de pessoal para uma cada vez maior valorização da formação de pessoal.

Quando do surgimento da Revista do Serviço Público, a administração de pessoal era prioridade do governo federal. No ano anterior, 1936, havia sido promulgada a lei nº 284, de reajustamento do funcionalismo, que a Revista sempre apresentou como

“o início de uma fase de renovação na vida do serviço público federal” (RSP, ano I, nº 2, janeiro de 1938).

A tarefa colocada ao DASP, que editava a Revista, passava necessariamente pela

“profissionalização rigorosa do funcionalismo” entendida como uma “condição imprescindível à existência de uma administração pública à altura dos tremendos problemas defrontados pelas sociedades contemporâneas” (RSP, ano I, nº 3, fevereiro de 1938).

As medidas de regulamentação do funcionalismo sempre receberam grande destaque da Revista, preocupada com a profissionalização e com a eficiência. Assim, quando da criação do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, a Revista dedica um editorial ao tema, defendendo sua adoção e classificando seus críticos, como

“os tardígrados do rançoso liberalismo de fachada” (RSP, ano I, vol. IV, nº 3, dezembro de 1938).

No segundo período, a idéia de profissionalização do funcionalismo persiste, sendo apresentada em diversos editoriais, normalmente tratando de temas como classificação de cargos, estatuto do funcionalismo e outras alterações na legislação.¹⁵

A Revista, nos seus anos iniciais, defende um pesado investimento do Estado no “aperfeiçoamento e especialização de funcionários”. Em editorial de 1939, defende a importância dessa atribuição do recém-criado DASP, apresentando o exemplo do trabalho realizado no Ministério da Agricultura, no qual a forma de atuação do DASP recebeu críticas, rebatidas pela Revista:

“Ao contrário do que supõe tanta gente mal informada, não houve, por parte do mesmo, nesse caso, nada que se assemelhasse a uma imposição” (RSP, ano II, vol. III, nº 3, setembro de 1939).

Fortemente ligada às experiências estrangeiras, a Revista, pródiga em traduções e citações, defendeu com veemência tanto a vinda de técnicos estrangeiros como o envio de técnicos brasileiros para formação no exterior. Já aponta nessas práticas o germe de um corpo de profissionais brasileiros qualificados. Em seu editorial de março de 1940, a Revista aponta a possibilidade:

“A vinda de técnicos estrangeiros seria uma esplêndida oportunidade para desenvolver cursos [...] que podiam mais tarde ser continuados com o nosso próprio elemento” (RSP, ano III, vol. I, nº 3, março de 1940).

A carreira de técnico de administração é saudada, quando do seu aparecimento, em 1940. Entretanto, anos mais tarde, em 1956, a Revista é obrigada a admitir, face ao desinteresse pela carreira nos órgãos públicos, apontando que só o DASP e o

¹⁵ - Ver editoriais da RSP de fevereiro de 1951, janeiro de 1952, outubro de 1954, entre outros.

Ministério da Justiça a adotaram, que

“foi uma idéia feliz que parece não ter medrado” (RSP, ano XVIII, vol. 71, nº 1, abril de 1956).

Prevendo um insatisfatório resultado do concurso que seria realizado, a Revista é pessimista:

“retrogradamos sensivelmente.” A Revista afirma que não “alimentam esperanças de uma brilhante seleção os que têm conhecimento [...] das condições de funcionamento da administração geral.” (idem)

Nessa discussão, a Revista indica um fator que considera responsável pelo desinteresse dos técnicos em administração pela administração pública:

“o Técnico de Administração [...] tem, presente-mente, na indústria ou no comércio, maiores e melhores oportunidades do que no governo federal” (idem).

O entusiasmo anterior no campo dos recursos humanos se esvai, face à cristalização, ao longo dos anos, das principais características da administração de pessoal do

governo federal. No terceiro e quarto períodos, as abordagens prescritivas de administração de pessoal desaparecem. A Revista opta por apenas divulgar as iniciativas governamentais no campo da legislação de pessoal e as implicações das ações de reforma administrativa para o funcionalismo.

Os recursos humanos como elemento central

O tema recursos humanos é central à vida da Revista, em função mesmo da atuação do DASP nesse campo, marcada por uma atuação sistemática e coerente no sentido da profissionalização do funcionalismo público. A Revista sempre apoiou e divulgou as ações empreendidas nessa direção, como a implantação do sistema de mérito, do ingresso na carreira por concurso público, treinamento e formação técnica de pessoal.

Entretanto, à medida que o Estado brasileiro consolida este modelo de administração de pessoal a administração de recursos humanos deixa de ser uma questão tão relevante. Ao longo do tempo, especialmente no segundo e terceiro períodos (1965-1980 e 1981-1989), o tema recursos humanos perde espaço nos editoriais da Revista, especialmente na reflexão vinculada à

discussão da reforma administrativa, para as alterações de estrutura organizacional da administração federal.

Conclusões

A continuidade da pesquisa através da investigação do conteúdo dos editoriais da Revista reforçou as conclusões da etapa anterior do trabalho. Os editoriais da Revista do Serviço Público sofrem, ao longo dos 53 anos da publicação, uma série de transformações, que acompanham, de forma geral, a mesma lógica de evolução do campo de conhecimento em administração pública. Refletem, portanto, a transformação dos estudos sobre o Estado brasileiro, “de uma abordagem técnico-burocrática, para uma tentativa de implantação de políticas públicas, que desemboca, finalmente, na preocupação com o cliente-usuário, o cidadão.”¹⁶

A crescente sofisticação da produção em administração pública, identificada anteriormente, encontra eco nos editoriais da Revista, que também se sofisticam, passando a apresentar maior complexidade e profundidade.

Nessa evolução, DASP, Revista do Serviço Público e reforma

administrativa caminham sempre juntos. A reforma administrativa tem sempre realçadas as intervenções em recursos humanos, notadamente nos dois períodos iniciais, onde a Revista possui maior peso no meio político, técnico e acadêmico. O tema reforma administrativa mantém a importância nos editoriais, ao passo que os editoriais sobre recursos humanos, especialmente aqueles de caráter prescritivo, perdem espaço.

Assim como a produção publicada na Revista, analisada no artigo anterior, seus editoriais apresentam como dominante o *focus* Ciência Administrativa - dentro do movimento de evolução do campo de conhecimento em administração, originado dos primeiros estudos na área pública. O *locus* hegemônico nos editoriais, assim como nos artigos, é Estruturação Administrativa do Estado, onde estão contidos os temas estruturadores deste trabalho.

Os editorialistas utilizam abundantemente conceitos e terminologia da ciência da administração para discorrer, predominantemente, sobre temas relativos à estruturação do aparato administrativo do Estado brasileiro. Os editoriais são formulados como intervenções em situações de disputa, procurando

¹⁶ - MEZZOMO KEINERT & VAZ, op. cit., p. 17.

oferecer argumentos científicos às posições defendidas pelos editores da publicação.

No entanto, é perceptível o enfraquecimento dos editoriais da Revista como instrumento de disputa política. Este fato se relaciona com a perda de importância relativa da Revista e do próprio DASP - que foi responsável pela sua publicação na maior parte do tempo. Com a ampliação do número de atores na administração pública, naturalmente a Revista não manteve sua hegemonia inicial.

Pode-se afirmar, não obstante, que a Revista do Serviço Público utilizou-se dos editoriais para marcar sua influência na gênese do pensamento administrativo brasileiro. Foram um elemento importante para que catalisasse em torno de si diversas iniciativas de reflexão sobre a administração pública no Brasil, debatendo idéias fundamentais para a consolidação do novo campo de conhecimento.

Resumen

LA HISTÓRIA DE LA "REVISTA DO SERVIÇO PÚBLICO" A PARTIR DEL ANÁLISIS DE SUS EDITORIALES

Evaluación de la trayectoria de la RSP traves del analisis del contenido de sus editoriales en el

periodo 1937-1989. El articulo busca complementar el anterior - un analisis cantitativo - incorporando nuevos elementos - de esta vez cualitativos - para analizar el papel de la publicación en la evolución del pensamiento administrativo brasileño. Los temas principales tratados por los editoriales de la Revista y que recibieran mas destaque fueran: la Reforma Administrativa, Recursos Humanos y la própria publicación. Las conclusiones de esta etapa de la investigación siguen en general las que fueran apresentadas anteriormente, reflejando la transformación de los estudios sobre el Estado Brasileño, de un abordaje técnico-burocrático para una tentativa de implantación de políticas públicas.

Abstract

THE HISTORY OF THE REVISTA DO SERVIÇO PÚBLICO THROUGH THE ANALYSIS OF ITS EDITORIALS

The article evaluates the points of view of RSP through the analysis of its editorials writen from 1937 to 1989. A previous quantitative analysis is now complemented by a qualitative one. It aims to analyse the contribution of the publication for the evolution of brazilian administrative thinking. The main subjects of RSP's editorials, as DASP, Civil Service Reform, Human Resources, are stressed.

The conclusions go along with the previous analysis, which reflected the changing approach about the Brazilian state.

Tania Mezzomo Keinert e José Carlos Vaz são pesquisadores da Escola de Administração de Empresas de São Paulo - EAESP/ FGV.
